

DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022.e84021>

O IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO DESEMPENHO DOS DISCENTES BRASILEIROS DE BAIXA RENDA

THE IMPACT OF THE NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM ON THE PERFORMANCE OF LOW-INCOME BRAZILIAN STUDENTS

Cassiano Roberto Ferreira Julião, Graduado

<https://orcid.org/0000-0001-9396-8405>

cassianojuliao_missoes@hotmail.com

Universidade Federal de Viçosa | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
Viçosa | Minas Gerais | Brasil

Luiz Ismael Pereira, Doutor

<http://orcid.org/0000-0001-7560-4579>

luiz.ismael@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
Viçosa | Minas Gerais | Brasil

Marco Aurélio Marques Ferreira, Doutor

<https://orcid.org/0000-0002-9538-1699>

marcoarelio@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa | Programa de Pós-Graduação em Administração
Viçosa | Minas Gerais | Brasil

Recebido em 22/setembro/2021

Aprovado em 17/outubro/2021

Publicado em 31/março/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Este estudo analisa o impacto do auxílio permanência no desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a democratização da educação superior, o programa nacional de assistência estudantil e os influenciadores do desempenho acadêmico. Como metodologia utilizou-se a Regressão Linear Múltipla para a estimação de dois modelos, utilizando a nota de 49.457 estudantes de 63 Universidades Federais brasileiras do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2019 como proxy do desempenho acadêmico. Os dados foram coletados na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Verificou-se que a política de assistência estudantil impacta positivamente no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda. Conclui-se que a política de assistência estudantil além de ser vital para prover os recursos para a permanência dos estudantes de baixa renda na educação superior, contribui para a qualidade do seu aprendizado, elevando o rendimento acadêmico dos seus beneficiados. Este estudo contribui para a gestão da política, ao indicar possíveis falhas na alocação dos recursos da política de assistência estudantil e coloca em pauta uma política que ainda não havia sido avaliada em âmbito nacional, qual seja, a política de assistência estudantil.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Desempenho Acadêmico. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of permanence assistance on the academic performance of low-income Brazilian students. A bibliographic survey was carried out on the democratization of higher education, the national student assistance program, and the influencers on academic performance. As a methodology, the Multiple Linear Regression was used to estimate two models, using the score of 49,457 students from 63 Brazilian federal universities from the National Student Performance Exam (ENADE) in 2019 as a proxy for academic performance. Data were collected on the platform of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). It was found that the student assistance policy positively impacts the academic performance of low-income students. It is concluded that the student assistance policy, in addition to being vital to provide resources for the permanence of low-income students in higher education, contributes to the quality of their learning, increasing the academic performance of its beneficiaries. This study contributes to the management of the policy, by indicating possible failures in the allocation of resources in the student assistance policy and puts on the agenda a policy that had not yet been evaluated at the national level, namely, the student assistance policy.

Keywords: Student Assistance. Academic Achievement. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação das políticas de acesso ao ensino superior brasileiro surge no intuito de atingir o objetivo de erradicar a pobreza e a marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais. Dentre essas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2009, proporcionou expansão, em especial, por meio da interiorização dessas instituições; o sistema de cotas, criado pela Lei federal 12.711, de 29 de agosto de 2012, garantiu o acesso a estudantes negros(as) e de baixa renda nas Universidades Federais; e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), amplia as possibilidades de inserção de estudantes de graduação provenientes de localidades distantes (SCHER; OLIVEIRA, 2020; LACERDA; VALENTINI, 2018; DUTRA; SANTOS, 2017).

O avanço nas políticas de acesso trouxe, também, o desafio de garantir a inclusão e a permanência do público-alvo para garantir a conclusão dos cursos. Nesse contexto, a Assistência Estudantil tem se tornado tema relevante presente no discurso da democratização do ensino superior público (SCHER; OLIVEIRA, 2020; DUTRA; SANTOS, 2017). Para tanto, também se instituiu, em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o fim de elevar os índices de desempenho acadêmico e diminuir os índices de evasão (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Estudos anteriores foram realizados para aferir os reflexos do PNAES em tais indicadores. Dentre esses, Andrade e Teixeira (2017) verificaram se há relação entre a satisfação dos estudantes nas áreas propostas pelo PNAES com o desempenho acadêmico, a intenção de concluir o curso e a percepção de desenvolvimento psicossocial. Como resultados, verificaram níveis baixos ou inexistência de correlação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas. Dentre as justificativas para isso, apontaram o fato de terem decidido realizar a análise pautada na satisfação dos estudantes.

Já o estudo de Eloi *et al.* (2019), que realizaram um estudo com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção de seus beneficiários. Para tanto, utilizaram a estatística descritiva como método de análise. De forma geral, constataram que que moradia e alimentação são as áreas que exercem influência na dimensão “desempenho acadêmico”.

Por fim, mas não pondo fim ao estado da arte, Lacerda e Valentini (2018) avaliaram o impacto da moradia estudantil na vida acadêmica dos estudantes e em sua permanência na Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tanto, consideraram os “residentes” e os “não

residentes” da moradia em uma amostra de 408 estudantes de graduação. Como resultado, identificaram que os estudantes residentes possuem maior crescimento do rendimento acadêmico. Além disso, verificaram que se tornar um residente faz com que o estudante passe a trancar um menor número de disciplinas. De posse dos resultados, os autores concluem que a moradia estudantil proporciona impacto positivo sobre o rendimento acadêmico e permanência do estudante na UFF.

Apesar das contribuições desses estudos, o recorte relativo a uma Instituição como unidade de análise aparece como limitação, não proporcionando uma avaliação da assistência estudantil em âmbito nacional. Ainda, há a necessidade de aferir o efeito dessa política especificamente sobre os estudantes de baixa renda. Tais aspectos, somados à relevância da temática de assistência estudantil no atual contexto de políticas públicas do ensino superior, levam à execução deste estudo com objetivo de responder à seguinte questão: qual o impacto do auxílio permanência no desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda?

Este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre os mecanismos do PNAES e o desempenho acadêmico dos beneficiários de baixa renda a partir da prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) realizado no ano de 2019 por discentes de todo o território nacional. Vale ressaltar que, por se tratar de um indicador passível de mensuração, o desempenho acadêmico ganha proeminência na consecução de diagnósticos e monitoramento de políticas públicas voltadas ao ensino superior (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Tendo em vista os diferentes eixos de atuação e prestação de serviços da política de assistência estudantil, optou-se por abordar nesse estudo o auxílio permanência (auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio moradia juntamente com auxílio alimentação, auxílio permanência ou outro tipo de auxílio com tais finalidades). A opção pela ênfase nesses serviços se justifica por esse eixo se destacar entre as áreas de atuação da política por contemplar o maior número de beneficiários, além de se tratar de serviços vitais à manutenção de estudantes de baixa renda no ensino superior público, promovida especialmente pela política de cotas.

A relevância desse estudo consiste em sua amplitude nacional e por colocar em pauta uma política vital para a permanência de estudantes de baixa renda inseridos no ensino superior. A expectativa é que esse estudo proporcione subsídios para o entendimento dos

impactos da política de assistência estudantil, por meio da análise realizada em âmbito nacional.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Heringer (2018) diz que a expansão do ensino superior brasileiro possibilitou a inserção de estudantes pertencentes a grupos antes pouco presentes na educação superior. Tendo a desigualdade social como uma das raízes da baixa frequência desses estudantes na educação superior, Bourdieu e Champagne (1992) mostram que alunos advindos de famílias pobres devem se submeter a um universo institucional complexo formado por mecanismos que favorecem sua permanência no ambiente educacional.

Muitos desses estudantes são os primeiros membros de sua família a ingressar na educação superior e, conseqüentemente, enfrentam diversas dificuldades inerentes ao acesso a atividades oferecidas pelas universidades (HERINGER, 2018). É em função da igualdade de oportunidades a estudantes de diferentes classes socioeconômicas ao ambiente universitário que se dá a democratização da educação superior.

Entendida por Favato e Ruiz (2018) como a ampliação do acesso e permanência dos estudantes no sistema público de ensino, assim como as condições de concretização deste nível de ensino, subsidiado pelo Estado, a democratização da educação superior tem por objetivo disponibilizar a todos o acesso à educação de qualidade, sem nenhum tipo de restrição quer seja por cor, raça, cultura, religião, condição socioeconômica etc. Em consonância, Subrinho (2010) afirma que todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade e que é dever do Estado, com a participação da sociedade, assegurar a educação como um bem social disponível a todos.

Para que haja uma efetiva democratização da educação superior, torna-se indispensável a melhoria da educação no sistema de ensino público, visto que esse é o mais utilizado pela camada populacional atendida pelas políticas públicas de democratização e inserção deles na educação superior. Essa reestruturação deve-se iniciar no ensino básico, através de capacitação e qualificação contínua dos professores, investimentos em laboratórios, instalações, alimentação, dentre outros, a fim de aumentar o número de concluintes do ensino médio e conseqüentemente, o número de jovens na educação superior.

No intuito de promover medidas que proporcionem igualdade de oportunidades no acesso à educação superior, a partir da década de 1990 surgiram políticas de ações afirmativas

que devem ser compreendidas como uma alternativa de integração aos estratos altos da sociedade por membros de comunidades menos favorecidas (WEISSKOPF, 2008). Para Sarmiento (2008), as políticas de ações afirmativas são medidas que visam promover a tratamento igualitário de grupos marginalizados e a compensação das desigualdades sociais. Nesse período, as instituições de ensino buscaram ressignificar sua atuação, tendo como foco, “a formação humana como bem social e direito de todos e a produção e a disseminação do conhecimento numa sociedade cada vez mais diversificada” (PIMENTA, 2017, p.44).

As ações afirmativas utilizam a equidade como uma política pública e objetiva possibilitar a todos as mesmas condições de acesso ao Ensino Superior. Por fim, tem-se que as ações afirmativas visam possibilitar oportunidades equitativas no acesso e permanência na Educação Superior (FELICETTI; MOROSINI, 2009).

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo instituído pelo Decreto nº6.096 de 24 de abril de 2007, a fim de promover crescimento em instituições públicas de educação superior. O REUNI, por meio de alternativas que promovem a democratização da educação superior, tem por objetivo manter todos os alunos de forma igualitária em cursos de graduação presenciais nas respectivas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

Os problemas enfrentados por estudantes de baixa renda para permanecer na universidade são alguns dos obstáculos a serem superados diante das ações afirmativas e do REUNI, pois as políticas de assistência estudantil não conseguem atender todos os estudantes que as solicitam (HERINGER, 2018).

A partir de alguns estudos (THEODOULOU, 1995; DYE, 2010; SECCCHI, 2014; MORO, 2020), entende-se políticas públicas como uma ação do Estado garantidora dos direitos fundamentais, no intuito de beneficiar a sociedade. Hanushek e Wobmann (2007) revelam em seus estudos que o crescimento de um país está relacionado à qualidade do aprendizado.

Por meio de políticas públicas eficientes, é possível alinhar a democratização da educação superior com a qualidade no ensino, de tal forma que todos os alunos que ingressem tenham também a permanência garantida. Conforme ressalta Subrinho (2010), não havendo qualidade para todos não há equidade e não se diminuem as desigualdades sociais. O sucesso

das políticas de inclusão na educação superior se dá à medida em que estudantes de diferentes classes socioeconômicas possuem igualdade de oportunidades (HERINGER, 2018).

No tocante aos desafios da democratização da educação superior, tem-se as melhorias nas políticas de assistência e permanência estudantil, por compreenderem ações que vão desde ao acompanhamento das necessidades especiais do estudante até o provimento de recursos que garantam sua permanência na educação superior, com o fim de que este conclua a graduação com qualidade no aprendizado (HERINGER, 2018). A temática é discorrida no tópico seguinte.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Desde os primórdios o direito à educação foi concedido através de constituições vigentes, muito embora tenha passado por diversas alterações que garantiam ou desobrigavam o Estado da oferta, é possível observar sua estendida vacância em termos constitucionais. Com o avanço do conhecimento e das garantias oferecidas pelo Estado, deu-se a necessidade da implementação de diretrizes que resguardassem as bases da educação, estabelecendo seus princípios e abrangências, foi então sancionada a Lei nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de regulamentar o sistema educacional do Brasil desde a educação básica até ao ensino superior, garantindo o direito à educação de qualidade, assistencial e gratuita aos educandos e à valorização dos profissionais de educação, entre outras providências.

No período de 1950 e 1970 observou-se uma significativa ampliação na educação superior, sendo criados e aperfeiçoados cursos e universidades pelo país, o que resultou em uma expansão de vagas nunca vista antes de 1980. No entanto, esta expansão apesar de gloriosa no ponto de vista educacional, alcançou particularidades que até então não se podiam prever, era o caso de estudantes de classes baixas que passavam a ter acesso às universidades, porém, sem o preparo econômico efetivo para tanto, o que resultava em requerimentos e lutas afincas que mudariam a realidade de diversas instituições, obrigando-as a adotarem um padrão diferente do comum e a se adequar a realidade daqueles jovens, tornando à responsabilidade pela educação e assistência garantida (IMPERATORI, 2017).

Após serem criados e extintos diferentes programas assistenciais aos estudantes mais necessitados, a Constituição Federal promulgada em 1988 foi resultado de ações promovidas na tentativa de possibilitar àqueles jovens um ambiente estudantil favorável e justo, embasado

nos direitos sociais. No que tange às medidas constitucionais, era visível a desigualdade social no ambiente universitário, portanto, necessária a implementação de políticas públicas que viabilizassem a permanência do estudante no ambiente estudantil, tendo em vista as precariedades enfrentadas pelos mais diversos fatores que inclusive norteiam a não aderência ao ensino superior por milhares de jovens até o dia de hoje.

Questões socioeconômicas, a falta de recursos, moradia, alimentação, e outros fatores criam impactos absolutos sobre a permanência daqueles jovens nas universidades, o que era inadmissível para validar a participação e conclusão do ensino superior. Além de tudo, todas essas vertentes influenciavam diretamente no desempenho dos estudantes, que não tendo dignas condições de sobrevivência, não apresentavam rendimento acadêmico favorável (IMPERATORI, 2017).

Para Imperatori (2017), ações afirmativas e políticas de acesso que trouxessem equiparação entre os estudantes foram analisadas para uma posterior aplicação no ambiente universitário. Após inúmeras pesquisas e dados assertivos acerca da colossal desigualdade entre os universitários, tendo como base transporte, moradia, alimentação e perfil socioeconômico das famílias, programas assistenciais foram implantados a fim de minimizar os impactos causados e determinar uma inclusão assertiva dos mais necessitados.

No que tange à valoração dos programas sociais como políticas públicas, muitos não demonstravam interesse real na implantação de novos ou melhores projetos que evidenciassem a luta dos estudantes na consolidação dos seus direitos. No entanto, urge salientar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo como principal foco questões socioeconômicas e a permanência estudantil na educação superior. Instituído em 12 de dezembro de 2007, o plano visava a entrega de verbas federais para universidades e institutos que pudessem desenvolver os programas de permanência em seus ambientes, a nível nacional. Com base no decreto nº 7234, o objetivo do PNAES era desenvolvido nas áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e outros acessos, bem como, possuía a finalidade de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão, e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2007).

Nesse sentido, é importante observar que o programa de assistência garante o direito à diferentes áreas e dá abrangência e domínio para que as próprias universidades executem as

ações, fazendo com que cada política seja aplicada de maneira a suprir as dificuldades dos mais necessitados, iniciativa amparada pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 207, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Após a alteração da portaria do PNAES em 2010, foi estabelecido o público hábil a receber o programa, previsto no art. 5º da mencionada portaria, a saber: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”. Assim, estabeleceu-se uma restrição quanto aos beneficiários, por determinação de renda, sendo feito o mapeamento socioeconômico da família do estudante e utilizando esse dado como base para aplicação do programa assistencial.

Os programas assistenciais estudantis agem como ações garantidoras de direito, permitindo que o estudante adquira a qualificação e goze do que lhe é devido no âmbito educacional. Imperatori (2017) diz que estes combatem desigualdades, expandem condições de ingresso ao ensino superior e visam superar os mais densos desafios da jornada acadêmica dentro dos próprios limites abarcados.

Posto isto, evidencia-se a necessidade de amparo dos estudantes em situação de vulnerabilidade que ingressam no ensino superior, havendo para além de condições do ingresso, a manutenção da permanência no ambiente acadêmico. A fim de complementar essa discussão, a seguir são apresentados os propulsores do desempenho acadêmico.

4 O DESEMPENHO ACADÊMICO E SEUS INFLUENCIADORES

O desempenho acadêmico ganhou importância da avaliação de diagnósticos e monitoramento de políticas públicas voltadas ao ensino superior (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017). A utilização de resultados das notas obtidas pelos alunos como *proxy* do desempenho acadêmico é comumente adotada em trabalhos internacionais, com os de Akpur (2017), Amrai *et al.* (2011), Champlin, Pasch e Perry (2016), Deberard, Apielmans e Julka (2004), Ehrhardt *et al.* (2013), Felez-Nobrega *et al.* (2018) e Van-Den Broeck *et al.* (2019).

Na primeira metade do século XX, predominou-se a concepção de que a oferta de educação pública e gratuita era suficiente para possibilitar aos indivíduos competirem em

igualdade de condições, permitindo que os que possuíssem dons individuais se destacassem e avançassem nos níveis de ensino (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Assim, acreditava-se que garantir a oferta do ensino seria suficiente para a construção de uma sociedade equitativa.

No *Relatório Coleman*, de 1966, rompeu-se com essa visão ao apontar que o desempenho escolar não está em função apenas dos dons individuais, mas é influenciado pela origem social dos alunos (BONAMINO; ALVES; FRANCO, 2010). O estudo apontou o capital econômico familiar como um dos fatores que influenciam o desenvolvimento das crianças, promovendo uma relação entre a origem familiar e as posições socioeconômicas dos indivíduos.

Assim, indivíduos de famílias com maior capital econômico possuem acesso a melhores instituições de ensino, bens culturais e condições residenciais para os estudos. Contudo, apesar de apontar a influência do capital econômico, o Relatório argumenta que este conceito possui limitações e indica a influência do capital humano nos resultados educacionais, que no âmbito familiar pode ser compreendido como o nível de educação dos pais (BONAMINO; ALVES; FRANCO, 2010).

Dentre os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes, encontram-se os aspectos relacionados ao âmbito familiar. Conclusões semelhantes foram encontradas em estudos realizados na Inglaterra e França, apontando também que fatores extraescolares possuem maior poder de explicação das variações no desempenho dos estudantes que os fatores intraescolares (SOARES, 2004). A esses aspectos sociodemográficos, nos quais se incluem a escolaridade dos pais e a renda familiar, somam-se as características pessoais dos estudantes e a carga horária dedicada aos estudos (CASTRO; ALMEIDA, 2020; FELICETTI; MOROSINI; SOMERS, 2013; RIBEIRO, 2011).

No Brasil, ainda vale destacar que a maioria das escolas públicas possui recursos educativos limitados e instalações físicas deficientes (MOTTA; LOPES, 2012). Desta forma, a influência das condições oferecidas para a formação dificulta o acesso ao ensino superior público aos alunos provenientes da rede pública de ensino.

Essa interação entre renda, nível de escolaridade e os fatores que influenciam no desempenho escolar podem acarretar a formação de ciclos intergeracionais da educação e renda, visto que maiores níveis educacionais contribuem para proporcionar maiores níveis de renda. Contudo, são os indivíduos de maiores níveis de renda que possuem condições econômicas, familiares e escolares para adquirir maiores níveis educacionais. Nesta linha,

Dias Sobrinho (2010) aponta que na população brasileira, além da privação do acesso à bens materiais, perdurou por décadas um déficit educacional, existindo inclusive interação entre eles, levando à apenas uma pequena parcela dos indivíduos de baixa renda conseguirem realizar um longo percurso escolar de qualidade.

Por fim, vale ressaltar que Imperatori (2017) considera um avanço romper com o entendimento de que o desempenho acadêmico é resultado meramente da capacidade e oportunidade do aluno. Para o autor, é fundamental colocar em pauta os diferentes aspectos da vida acadêmica que influenciam em tal resultado, em especial as variáveis relacionadas à condição socioeconômica, como a moradia e a alimentação, dentre outros. É nessa vertente que a proposta desse estudo se encontra, ao aferir o impacto do auxílio permanência no desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda. A metodologia adotada para o alcance desse objetivo encontra-se evidenciada no tópico subsequente.

5 METODOLOGIA

5.1 FONTE DE DADOS

Este estudo se propõe a analisar o impacto do auxílio permanência no desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda. Para tanto, os dados foram coletados no banco de microdados do ENADE, disponíveis na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A amostra é composta pelos dados de estudantes das Universidades Federais brasileiras que realizaram o exame no ano de 2019. Foram excluídas as observações dos estudantes que não compareceram e não responderam, toda ou parte da prova, e as observações que não possuíam todas as informações necessárias para o estudo. Assim, a amostra final é totalizada por 49.457 estudantes de 63 Universidades.

A justificativa pela escolha desse ano consiste no fato de ser o mais recente com dados disponíveis, inclusive anterior ao início da pandemia da SARS-CoV2 (coronavírus) que impactou o acesso e a permanência no ensino formal.

Com relação às informações coletadas, estas se encontram apresentadas no Quadro 1 do Documento Suplementar anexo ao trabalho. No que diz respeito às técnicas de análise, procedeu-se a análise das estatísticas descritivas e a técnica de regressão linear múltipla, cujo procedimento apresentamos detalhadamente a seguir.

5.2 REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

A regressão linear múltipla consiste em uma forma de estimação por meio de um modelo matemático que descreve o relacionamento entre variáveis, estimando valores para a variável dependente, com base em valores conhecidos de variáveis independentes (MORAES, 1999). Segundo o autor, a utilização de múltiplas variáveis independentes reduz o erro estocástico e elimina a tendenciosidade causada por omitir uma variável que pode afetar consideravelmente a variável dependente.

Nesse estudo, foram estimados dois modelos por meio da técnica de Regressão Linear Múltipla. Primeiramente, estimou-se um modelo para analisar o efeito do baixo nível de renda no desempenho acadêmico. Em seguida, estimou-se um segundo modelo com a inclusão da variável de interesse *BaixaRenda_AuxílioPermanência*. Essa variável consiste em uma *dummy* multiplicativa elaborada pela junção das variáveis *Baixa_Renda* e *Auxilio_Permanencia* descrita no Quadro 1, do Documento Suplementar.

Em ambos os modelos, utilizou-se como *proxy* do desempenho acadêmico a nota dos estudantes no Enade (NT_GERAL_i). Os modelos estimados podem ser representados pela Equação 1, elaborada conforme Daniels e Minot (2019):

$$NT_GERAL_i = \beta_0 + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i + \varepsilon \quad (1)$$

onde NT_GERAL_i é a nota Enade dos 49.457 estudantes da amostra, k representa as variáveis independentes empregadas, β_0 as constantes dos modelos estimados, β_i são os coeficientes das q -ésima variáveis X_i explicativas e, por fim, ε é o termo de erro da equação

Os verdadeiros valores dos coeficientes β_s são desconhecidos, mas é possível estimá-los a partir dos valores observados da nota dos estudantes (NT_GERAL_i) e das variáveis independentes X_i . Os coeficientes estimados (β_0 e β_i) são os que minimizam a soma dos resíduos quadrados. Cada um desses coeficientes representa o efeito de um aumento de uma unidade na variável independente correspondente, mantendo constantes todas as demais variáveis independentes (DANIELS; MINOT, 2019).

Para a estimação dos modelos, aplicaram-se os Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), método de estimação comumente utilizado em modelos de regressão linear múltipla. Este método é obtido pela escolha dos estimadores que minimizam a soma dos quadrados dos

desvios entre os valores da NT_GERAL_t , observados e os estimados pela reta de regressão (MORAES, 1999). O método possibilita reduzir a tendenciosidade, evita grandes desvios e permite realizar testes de significância na equação (LAPPONI, 1997). As expectativas teóricas da influência das variáveis independentes no desempenho acadêmico, assim como o trabalho no qual se fundamentam, encontram-se dispostos no Quadro 2, do Documento Suplementar.

Após as estimações dos modelos, aferiu-se a ocorrência de Multicolinearidade. Segundo Gujarati (2006), a Multicolinearidade em regressão é uma condição que ocorre quando algumas variáveis preditoras no modelo estão correlacionadas a outras variáveis preditoras. A multicolinearidade forte é problemática porque pode aumentar a variância dos coeficientes de regressão, tornando-os instáveis. Os fatores de inflação da variância (VIF) foram examinados para detectar Multicolinearidade. Diz-se que quanto maior o valor do VIF, mais severa é a Multicolinearidade. Existe uma regra prática de que se o VIF for maior 10% a variável tem Multicolinearidade, a qual foi aplicada nesse estudo.

Ainda, a fim de evitar a heterocedasticidade, os modelos foram estimados considerando erros-padrão robustos. A heterocedasticidade consiste em um problema que afeta os erros-padrão do modelo, tornando os parâmetros estimados no modelo viesados. Os resultados obtidos encontram-se dispostos a seguir.

6 RESULTADOS

6.1 PERFIL DOS ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Tendo em vista os estudos anteriores que indicam que menores níveis de renda influenciam negativamente o desempenho acadêmico, concomitantemente ao fato da política de assistência estudantil, ao conceder auxílios para a permanência dos estudantes visa atender especialmente os alunos de baixa renda, levanta-se a seguinte hipótese: a política de assistência estudantil impacta positivamente no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda.

A fim de validar a hipótese de estudo, primeiramente, realizou-se a análise das estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos, as quais se encontram apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 Estatísticas descritivas

Variável	Média	Erro Padrão	Mínimo	Máximo
Nota Geral	53,256	13,69593	0	93
Idade	25,583	3,8701	20	71
Esc_Pai	3,120	1,231	0	5
Esc_Mae	3,478	1,147	0	5
Baixa Renda	1,55	1,063	0	4
EM_Publica	0,445	0,497	0	1
Horas_Estudo	2,325	1,122	0	4
Bolsa_Academica	0,564	0,495	0	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A nota geral no Enade consiste em um valor atribuído entre zero e cem. A menor nota obtida pelos estudantes que compõem a amostra desse estudo foi equivalente a zero, enquanto a maior nota obtida foi 93. Já com relação à idade, o estudante mais jovem da amostra possui 20 anos, enquanto o mais velho possui 71 anos de idade. A idade média dos estudantes é de cerca de 25,6 anos.

Com relação à escolaridade do pai e da mãe, verificou-se que na amostra há pais de estudantes que não possuem nenhum nível de escolaridade, enquanto há outros com pós-graduação. Isso indica a diversidade existente na amostra quanto ao nível de escolaridade dos pais. Essa diferença também ocorre no nível de renda, visto que há na amostra estudantes com renda familiar de até um salário-mínimo e meio, enquanto outros possuem uma renda familiar acima de 10 salários-mínimos.

A amostra também contou com estudantes que cursaram todo ou a maior parte do ensino médio em escolas públicas, os que possuíam algum tipo de bolsa acadêmica e os que não possuíam esses vínculos. Com relação aos auxílios permanência, há na amostra alunos contemplados por essa política e seus pares não contemplados.

Especificamente, ao realizar a análise de frequência, os resultados indicam que do total de 49.457 estudantes que compõem a amostra, 10.226 receberam algum tipo de auxílio permanência (20,68%). A fim de complementar a análise das estatísticas descritivas das variáveis ordinais, procedeu-se a realização de algumas análises de frequência.

Os resultados da Tabela 2 indicam a predominância de pais e mãe com o ensino médio (35,75% e 33,70%, respectivamente), seguida por pais e mães com cursos de ensino superior (26,66% e 29,75%, respectivamente). A análise da frequência da renda familiar possibilita identificar a distribuição de renda entre os estudantes amostrados. Tais resultados encontram-se evidenciados na Tabela 3, juntamente com a frequência das horas de estudo semanal.

Tabela 2 Nível de escolaridade do pai e da mãe

	Escolaridade Pai		Escolaridade Mãe	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
0 - Nenhuma escolaridade	949	1,92	297	0,60
1 - Ensino Fundamental 1° ao 5° ano	5760	11,65	3424	6,92
2 - Ensino Fundamental 6° ao 9° ano	5534	11,19	4008	8,10
3 - Ensino Médio	17682	35,75	16668	33,70
4 - Ensino Superior	13186	26,66	14714	29,75
5 - Pós- Graduação	6346	12,83	10346	20,92
Total	49457	100,00	49457	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3 Frequência de alunos por nível de renda e horas de estudo

Relação de renda familiar			Relação de estudo semanal		
Renda (salários-mínimos)	Frequência	Percentual	Horas/semana	Frequência	Percentual
0 - Acima de 10	9031	18,26	Nenhuma, apenas assiste às aulas	1084	2,19
1 - Acima de 6 a 10	16783	33,93	De 1h a 3h/sem.	12171	24,61
2 - Acima de 3 a 6	10796	21,83	De 4 a 7 h/sem.	16094	32,54
3 - Acima de 1,5 a 3	12846	25,97	De 8 a 12 h/sem.	9780	19,77
4 - Até 1,5	1	0,002	Mais de 12h/sem.	10328	20,88
Total	49457	100	Total	49457	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados evidenciados na tabela acima indicam a predominância da faixa de renda familiar acima de 6 e até 10 salários-mínimos (33,93%). Entretanto, também há um valor considerável de alunos cuja renda familiar encontra-se acima de um salário-mínimo e meio, mas inferior a três salários-mínimos (25,97%). Com relação ao tempo dedicado aos estudos, há a predominância de alunos que se dedicam de quatro a sete horas semanais (32,54%), além das aulas.

A tabela 4 contém o número de estudantes contemplados e não contemplados pela política de assistência estudantil na modalidade de auxílio permanência separados por estrato de renda familiar.

Tabela 4 Número de estudantes com e sem auxílio permanência, por nível de renda

Renda familiar (salários-mínimos)	Estudantes sem auxílio permanência	Estudantes com auxílio permanência	Total
0 - Maior que 10	8878	153	9031
1 - Maior que 6 até 10	15297	1486	16783
2 - Maior que 3 até 6	8112	2684	10796
3 - Maior que 1,5 até 3	6944	5902	12846
4 - Até 1,5	0	1	1
Total	39231	10226	49457

Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados apresentados indicam que, entre os estudantes que não possuem o auxílio permanência, os níveis predominantes de renda familiar são as faixas acima de 6 até 10 salários-mínimos e acima de 10 salários-mínimos, respectivamente. Já entre os estudantes que possuem o auxílio permanência, a faixa de renda familiar predominante são as faixas acima de 1,5 até 3 salários-mínimos e acima de 3 até 6 salários-mínimos. Entretanto, existem 153 alunos que possuem renda familiar acima de 10 salários-mínimos que são contemplados com o auxílio permanência (auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio moradia juntamente com auxílio alimentação, auxílio permanência ou outro tipo de auxílio similar).

5.2 A INFLUÊNCIA DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA

Para testar a hipótese de que a política de assistência estudantil impacta positivamente no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda, foram estimados modelos de regressão múltipla, cujos resultados encontram-se dispostos na Tabela 5. Para corrigir problemas de heterocedasticidade, os modelos foram estimados considerando erros padrão robustos.

Tabela 5 Resultados obtidos para os diferentes modelos estimados

Variável	Modelo 1			Modelo 2		
	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor
Constante	51,386	0,110	0,000	51,349	0,111	0,000
Esc_Pai_Continua	0,473	0,075	0,000	0,477	0,075	0,000
Esc_Mae_Continua	0,359	0,073	0,000	0,365	0,073	0,000
Baixa_Renda_Contínua	-1,244	0,069	0,000	-1,312	0,077	0,000
EM_Publica	-1,233	0,133	0,000	-1,256	0,133	0,000
Horas_Estudo_Continua	1,360	0,060	0,000	1,355	0,060	0,000
Bolsa_Academica	4,106	0,121	0,000	4,097	0,121	0,000
BaixaRenda_Auxílio Permanência		-		0,313	0,152	
Número de observações		49.457			49.457	
R ²		0,0549			0,0549	
Erro quadrático médio		13,316			13,315	
Teste F		0,000			0,000	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Primeiramente, estimou-se o Modelo 1 sem incluir a variável de interesse *BaixaRenda_Auxílio Permanência*. Os resultados obtidos nesse modelo apontam que, quanto maior o nível de escolaridade do pai, assim como da mãe, maior tende a ser o desempenho

acadêmico. Os resultados do primeiro modelo também indicam que, quanto menor o nível de renda, menor tende a ser o desempenho acadêmico.

Resultados semelhantes foram obtidos por Griner, Sampaio e Bezerra (2015), que apontaram que maiores níveis de renda e de educação da mãe impactaram positivamente no desempenho dos estudantes. Esse resultado deve-se ao fato de que famílias que possuem melhores condições de renda comumente oferecem melhores condições residenciais para os estudos (BONAMINO; ALVES; FRANCO, 2010), além de oferecem apoio aos estudos (FAGUNDES; LUCE; ESPINAR, 2014).

Ainda, cursar todo ou a maior parte do ensino médio em escolas da rede pública reduz o desempenho acadêmico dos estudantes. Griner, Sampaio e Bezerra (2015) já haviam aferido que os alunos provenientes do ensino público tendem a ter resultados inferiores aos alunos oriundos do ensino privado.

No que tange as variáveis que proporcionam impactos de maiores proporções no desempenho acadêmico, essas foram as Horas_Estudo_Continua e a Bolsa_Acadêmica, respectivamente. Logo, quanto mais tempo o estudante se dedica aos estudos, maior o desempenho acadêmico, possuir alguma modalidade de bolsa acadêmica, seja bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, bolsa de monitoria/tutoria, bolsa PET ou outro tipo de bolsa acadêmica também proporciona efeitos positivos no desempenho acadêmico.

Com relação a esses resultados, cabe destacar que Felicetti, Morosini e Somers (2013) apontam a relevância da dedicação aos estudos para o sucesso acadêmico. Ainda, Fagundes, Luce e Espinar (2014) apontam que além dos fatores relacionados à origem social, o desempenho do aluno é influenciado por fatores relacionados às dinâmicas individuais do aluno, ou seja, fatores individuais, como a motivação, o autoconceito e as metas acadêmicas, características que implicam no tempo dedicado aos estudos e no envolvimento em atividades acadêmicas.

Posteriormente, estimou-se o segundo modelo, com a inserção da variável de interesse *BaixaRenda_Auxílio Permanência*. Nesse segundo modelo, a inserção da variável de interesse proporcionou uma redução na constante, com relação ao Modelo 1, a qual passou de 51,386 para 51,349. Ainda, proporcionou uma redução no erro quadrático médio do modelo, o qual passou de 13,316 para 13,315, indicando uma redução no erro de previsão do modelo. O comportamento das variáveis de controle manteve-se os mesmos do Modelo 1, em conformidade com as expectativas teóricas.

Com relação à variável de interesse inserida, verificou-se que a política de assistência estudantil altera os efeitos de baixos níveis de renda no desempenho acadêmico. Assim, baixos níveis de renda familiar quando combinados com a política de assistência estudantil proporcionam influências positivas no desempenho acadêmico dos estudantes.

Após a estimação dos modelos, a ocorrência de multicolinearidade foi testada por meio do fator de inflação da variação (VIF). Os resultados obtidos encontram-se apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 Resultados dos testes do fator de inflação da variação (VIF)

Variável	Modelo 1		Modelo 2	
	VIF	1/VIF	VIF	1/VIF
Esc_Pai_Continua	1,45	0,688	1,45	0,687
Esc_Mae_Continua	1,35	0,742	1,35	0,741
Baixa_Renda_Continua	1,35	0,738	1,66	0,600
EM_Publica	1,22	0,818	1,23	0,812
Horas_Estudo_Continua	1,01	0,987	1,01	0,985
Bolsa_Academica	1,02	0,983	1,02	0,982
Baixa_Renda_Auxílio Permanência			1,40	0,713
Média VIF	1,23		1,30	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise do teste de fator de inflação da variação, que detecta a multicolinearidade, diz-se que quanto maior o valor do VIF, mais severa é a Multicolinearidade (GUJARATI, 2006). Os resultados obtidos em ambos os modelos indicam que não há ocorrência de multicolinearidade, visto que não há valores superiores a 10% para o VIF.

Os resultados obtidos demonstram a relevância da política de assistência estudantil, especialmente no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior público, visto que além de prover os recursos para a permanência dos estudantes de baixa renda na educação superior, contribui para a qualidade do seu aprendizado (HERINGER, 2018). Consequentemente, eleva o rendimento acadêmico dos seus beneficiados (IMPERATORI, 2017).

Vale ressaltar que, quanto menor o nível de renda do estudante contemplado pelos auxílios permanência, maior tende a ser a influência positiva no desempenho acadêmico. Assim, a influência negativa de baixos níveis de renda familiar encontrada nesse estudo e em estudos anteriores pode ser amenizada por meio da política de assistência estudantil, indicando a relevância dessa política para, além de garantir a permanência do aluno, contribuir para bons resultados acadêmicos.

Esse resultado, combinado com as análises das estatísticas descritivas, as quais apontaram a existência de estudantes com renda familiar acima de dez salários-mínimos que são contemplados pela política, indicam a necessidade de melhor gerir os recursos destinados a política. Nesse sentido, vale retomar a finalidade desses auxílios, os quais em sua essência, emergiram para contemplar os estudantes que necessitam de auxílio quanto a moradia e alimentação para se manterem na universidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi realizado com o intuito de testar a hipótese de que o auxílio permanência impacta positivamente no desempenho acadêmico dos discentes brasileiros de baixa renda. Os testes realizados possibilitam validar os modelos estimados, os quais apresentaram resultados que possibilitam confirmar a hipótese levantada no estudo, de que a política de assistência estudantil impacta positivamente no desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda.

Ainda, foi possível verificar que, quanto menor o nível de renda familiar, maior tende a ser essa influência positiva da política de assistência estudantil no formato de auxílio permanência (auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio moradia juntamente com auxílio alimentação, auxílio permanência ou outro tipo de auxílio). Conclui-se que a política de assistência estudantil além de ser vital para prover os recursos para a permanência dos estudantes de baixa renda na educação superior, contribui para a qualidade do seu aprendizado, elevando o rendimento acadêmico dos seus beneficiados.

Contudo, também foram identificados estudantes de níveis elevados de renda que contam com o auxílio permanência, o que fere a proposta da política de assistência estudantil. Esse resultado indica a necessidade de algumas universidades reverem os critérios para a concessão dos auxílios, uma vez que as universidades possuem autonomia para gerir os recursos advindos da Política de Assistência Estudantil.

Por tais achados, o estudo realizado contribui para a gestão da política, ao indicar possíveis falhas na alocação dos recursos da política de assistência estudantil, além de evidenciar sua relevância para garantir que os estudantes de baixa renda tenham boas condições de estudo e, conseqüentemente, melhoras no desempenho acadêmico. Ainda, contribui para a literatura ao realizar um estudo que segue a linha de estudos anteriores, por considerar a nota ENADE como *proxy* do desempenho acadêmico e avaliar como políticas

públicas se relacionam com esse desempenho, mas inova ao colocar em pauta uma política que ainda não havia sido avaliada em âmbito nacional, qual seja, a política de assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

AKPUR, U. The predictive degree of university students' levels of metacognition and need for cognition on their academic achievement. **European Journal of Foreign Language Teaching**, 2017.

AMRAI, K. et al. The relationship between academic motivation and academic achievement students. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 15, p. 399-402, 2011.

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Revista Avaliação**, Campinas; v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (Texto para Discussão, 857).

BASANT, R.; SEN, G. Parental education as a criterion for affirmative action in higher education. **World Development**, v. 64, p. 803-814, 2014.

BOLLINGER, L. C. The need for diversity in higher education. **Academic Medicine**, v. 78, n. 5, p. 431-436, 2003.

BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. (1992). Os excluídos do interior. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). **Escritos de Educação** (11 ed, pp. 217-227). Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, dezembro 2007.

CASTRO, S. O. C.; ALMEIDA, F. M. As Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior Privado e seus Reflexos na Qualidade da Educação Brasileira. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, n. 1, p. 93, 2020.

CHAMPLIN, S. E.; PASCH, K. E.; PERRY, C. L. Is the consumption of energy drinks associated with academic achievement among college students? **The journal of primary prevention**, v. 37, n. 4, p. 345-359, 2016.

COLEMAN, J. S. et al. **Equality of educational opportunity**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1966.

DANIELS, L.; MINOT, N. **An Introduction to Statistics and Data Analysis Using Stata®: From Research Design to Final Report**. Sage Publications, 2019.

DEBERARD, M. S.; SPIELMANS, G. I.; JULKA, Deana L. Predictors of academic achievement and retention among college freshmen: A longitudinal study. **College student journal**, v. 38, n. 1, p. 66-81, 2004.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

DYE, R. W. Mapeamento dos Modelos de Análise de Políticas Públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Eds.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Editora UnB, 2010.

EHRHARDT, J. et al. Special education and later academic achievement. **Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics**, v. 34, n. 2, p. 111-119, 2013.

ELOI, S. S. S. et al. O Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 106-129, setembro-dezembro 2019.

FAGUNDES, C. V., LUCE, M. B.; RODRIGUEZ ESPINAR, S. O desempenho acadêmico como indicador de qualidade da transição Ensino Médio-Educação Superior. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 635-670.

FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F. REUNI: política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago. 2018.

FELEZ-NOBREGA, M. et al. ActivPAL™ determined sedentary behaviour, physical activity and academic achievement in college students. **Journal of sports sciences**, v. 36, n. 20, p. 2311-2316, 2018.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no Ensino Superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, 2009.

FELICETTI, V.; MOROSINI, M. C.; SOMERS, Patricia. Affirmative Action in the Quality of Higher Education: the voices of graduates of the University for All program. **Policy Futures in Education**, v. 11, n. 4, p. 401-413, 2013.

GRINER, A.; SAMPAIO, L. M. B.; SAMPAIO, R. M. B. A política afirmativa "Argumento de Inclusão" como forma de acesso à universidade pública: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1291-1317, 2015.

GUJARATI, Damodar. *Econometria básica*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, jan.-jun. 2018.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017.

LACERDA, I. P.; VALENTINI, F. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 22, Número 2, Maio/Agosto de 2018.

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel 5 e 7**. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora. 1997.

MORAES, R. O. **Regressão Linear – Uma ferramenta na Evidenciação dos Impactos Tributários nas Demonstrações Contábeis**. In: XXIII EnANPAD, Foz do Iguaçu, 1999. Anais do XXIII EnANPAD, Foz do Iguaçu, 1999.

MORO, R. W. **Doenças raras e políticas públicas: entender, acolher e entender**. São Paulo: Matrix Editora, 2020.

MOTTA DA, I. D.; LOPES, H. M. O sistema de cotas sociais para ingresso na universidade pública. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, n. 11, p. 6823-6857, 2012.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A Sociologia da Educação de Pierre Bordieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p. 15-36, 2002.

PEREIRA, S. R. S. **Determinantes da equidade no Ensino Superior uma análise da variabilidade dos resultados do Enade no desempenho de cotistas e não cotistas**. 2017. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PIMENTA, C. M. F. M.; **Acesso e Permanência de estudantes com deficiência visual em uma instituição de Educação Superior**. 2017. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza/PR. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 5-26, mar. 2020.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2004.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

SUBRINHO, J; M. P. **Ações Afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: Experiência da universidade pública de Sergipe**. São Cristovão: Editora UFS, 2010. Cap. 2, p. 37– 56.

THEODOULOU, S. Z. How Public Policy is Made. In: THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. (Eds.). **Public Policy: the essential readings**. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

VAN DEN BROECK, L. et al. Predicting the academic achievement of students bridging to engineering: the role of academic background variables and diagnostic testing. **Journal of Further and Higher Education**, v. 43, n. 7, p. 989-1007, 2019.

WEISSKOPF, T. E. A experiência da Índia com a ação afirmativa na seleção para o ensino superior. IN: ZONINSEIN, Jonas; FERES JÚNIOR, J. (orgs). **Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.